

DEPENDÊNCIA DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS PELA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: UMA ANÁLISE BIOPSISSOCIAL

Marcella Nunes Torquato¹, Paloma Dos Reis Almeida¹ Lênia Gonçalves²

² Alunas do Curso de Psicologia

¹ Professora Mestre do Curso de Psicologia

Resumo

Introdução: Este estudo aborda os impactos da dependência de substâncias psicoativas na população em situação de rua, destacando os fatores biopsicossociais envolvidos, como falta de moradia, exclusão social, drogadição e ausência de apoio familiar, os quais afetam a saúde mental dessas pessoas. **Objetivo:** O objetivo principal é investigar a relação entre dependência de substância psicoativas na população de rua, explorando fatores associados à esta problemática e as abordagens mais adequadas para o tratamento e inclusão social desses indivíduos. **Métodos:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, na qual foi utilizada a revisão integrativa da literatura como metodologia. Os artigos que fazem parte deste estudo foram levantados nas bases de dados Scielo, Pepsic, Google Acadêmico e websites governamentais e de órgãos e entidades internacionais reconhecidos. **Conclusão:** A dependência de substâncias psicoativas é uma condição que afeta grande parte da população em situação de rua. Ela se apresenta, por um lado, como um fator que leva os indivíduos a abandonarem seus lares e, por outro, como consequência dos desafios que estes sujeitos vivenciam ao de viver nas ruas. Ambos os problemas são complexos, individualmente e em especial quando se associam, demandando uma abordagem psicossocial integrada e multidisciplinar que envolva tratamento da dependência, incluindo políticas públicas eficazes que assegurem acesso à saúde, apoio psicológico e inclusão social, e um sistema de suporte abrangente para romper o ciclo de exclusão e vulnerabilidade, proporcionando condições para que esses indivíduos reconstruam suas vidas com dignidade.

Palavras-chave: Dependência; População em situação de rua; Políticas públicas; Saúde mental; Psicologia social.

Abstract

Introduction: This study examines the impact of psychoactive substance dependence on the homeless population, emphasizing the biopsychosocial factors involved, such as homelessness, social exclusion, substance addiction, and lack of family support, all of which negatively affect the mental health of these individuals. **Objective:** The primary objective is to investigate the relationship between psychoactive substance dependence and the homeless population, exploring the factors associated with this issue and identifying the most appropriate approaches for the treatment and social inclusion of these individuals. **Methods:** This is a qualitative study that employs an integrative literature review as its methodology. The articles included in this study were retrieved from the Scielo, Pepsic, and Google Scholar databases, as well as government websites and those of recognized international organizations and agencies. **Conclusion:** Psychoactive substance dependence is a condition that affects a significant portion of the homeless population. On the one hand, it is a factor that leads individuals to abandon their homes, and on the other, it is a consequence of the challenges these individuals face while living on the streets. Both issues are complex, both individually and especially when combined, requiring an integrated, multidisciplinary psychosocial approach. This approach should involve addiction treatment and effective public policies that ensure access to healthcare, psychological support, and social inclusion, as well as a comprehensive support system. These elements are crucial in breaking the cycle of exclusion and vulnerability, enabling individuals to rebuild their lives with dignity.

Keywords: Dependency; Homeless population; Public policies; Mental health; Social psychology.

Contato: Marcella.torquato@souicesp.com.br; paloma.almeida@souicesp.com.br; lenia.goncalves@icesp.edu.br

Introdução

A saúde mental refere-se ao bem-estar geral que possibilita ao sujeito desenvolver suas

potencialidades e habilidades, enfrentar os desafios do cotidiano e participar de sua

comunidade. O bem-estar, não se aplica somente às questões psicológicas e emocionais, mas também inclui bem-estar físico e social (BRASIL, [s.d.]). Para Vygotsky (1984) o ser humano é está inserido em um tempo histórico e cultural, no qual o fator social está fortemente presente e o constitui. Para ele, a formação do indivíduo está diretamente relacionada às experiências que vivencia e às suas interações sociais. Nesta perspectiva, a saúde mental é crucial para que o sujeito se relacione e conviva com o meio no qual está inserido, na medida em que é no contexto que ele se desenvolve tanto no aspecto social, quanto no psicológico e afetivo

Um dos fatores que afeta significativamente a saúde mental é o fato de as pessoas não terem um lar e morarem nas ruas. De acordo com os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (Brasil, 2020) a estimativa da população em situação de rua no Brasil supera, hoje, 281,4 mil pessoas. Estas pessoas enfrentam dificuldades básicas, como o acesso a seu direito de ser reconhecida como cidadão, por exemplo. Grande parte dessa população não possui registro de identidade, em função da dificuldade de acessar os serviços públicos, um dos problemas recorrentes dessa população, dentre tantos outros.

A população em situação de rua é um grupo diverso que compartilha características comuns, como pobreza extrema, laços familiares rompidos ou enfraquecidos, e a falta de uma moradia fixa e regular. Essas pessoas utilizam espaços públicos e áreas degradadas para morarem e buscarem sustento, seja de forma temporária ou permanente. Algumas delas fazem uso de unidades de acolhimento social públicas para pernoite ocasional ou como residência provisória (Brasil, 2009). O fato de terem perdido a referência familiar e suas moradias, as colocam em situação de vulnerabilidade social, marcada pela insegurança alimentar, exposição a risco à saúde física e mental, bem como a situações de violência, preconceito e exclusão social.

Um dos problemas que aflige grande parte da população em situação de rua é a dependência de substâncias psicoativas. De acordo com a pesquisa nacional do IPEA supracitada (Brasil, 2020), os principais motivos que levaram as pessoas a viverem nas ruas é o uso abusivo de álcool e outras drogas, o que acomete 35,5% dessa população. Mendes, Ronzani e Paiva (2019) colocam que indivíduos que vivem nestas condições têm diariamente acesso a substâncias psicoativas, tanto pelas condições de vulnerabilidade que o levaram a essa realidade como a: falta de um lar físico e afetivo, falta de apoio familiar, dentre outros fenômenos, quanto por fatores psicossociais que

contribuem para a manutenção do consumo da droga. que serão discutidos posteriormente.

Considerando que esse problema é multifatorial e aflige uma parte significativa da população brasileira, em especial em grandes centros urbanos, notadamente São Paulo, é fundamental trazer à luz e a compreensão deste tema, bem como discutir alternativas de prevenção e suporte a estes sujeitos, que têm sido ignorados ao longo do tempo e vivem à margem da sociedade brasileira. Pessoas em situação de rua que são dependentes de substâncias psicoativas enfrentam desafios e necessidades diárias e requerem atenção, tratamento e cuidados específicos a partir de uma abordagem biopsicossocial, com vistas à melhoria da sua saúde mental e sua inclusão social.

Existe hoje uma extensa evolução bibliográfica sobre questões relacionadas ao uso de drogas lícitas e ilícitas, sendo elas psicológicas, sociais, educacionais, políticas, sanitárias, econômicas e religiosas). Embora esses estudos representem uma boa fonte de consulta e produção de conhecimento, ainda são necessárias mais pesquisas para a melhor compreensão da complicada relação entre as drogas e o homem, e, em especial, aqueles que vivem em situação de rua MOTA, Leonardo de Araújo. Dependência química: problema biológico, psicológico ou social? São Paulo: Paulus, 2007. 84 p. (Coleção Questões Fundamentais da Saúde, 12). Pois os estudos relacionados a estes fenômenos como a dependência química e a situação de rua são de anos anteriores, se fazendo necessário conhecimentos mais aprofundados e recentes sobre a realidade exposta hoje.

Com base o exposto, esta pesquisa tem como foco a análise desse fenômeno a partir dos olhares de diversos autores da atualidade, com ênfase na compreensão e necessidade de visibilidade da toxicodependência dessa população, buscando refletir sobre os fatores biopsicossociais relacionados, às políticas públicas existentes voltadas para este setor e as possibilidades de intervenção a partir da Psicologia social. É fundamental que a sociedade se conscientize a respeito da forma que olha para esses indivíduos, na medida que eles também merecem uma atenção especial do estado e de toda a sociedade, e sejam reconhecidos em seus direitos de cidadãos e se apropriem deles, bem como de seus deveres.

Este estudo está ancorado no seguinte questionamento: quais os fatores associados à dependência de substâncias psicoativas em moradores que vivem em situação de rua?. Esta pesquisa partiu da hipótese de que a população

em situação de rua têm maior probabilidade de desenvolver dependência de substâncias psicoativas, em decorrência, dentre outros fatores, do sentimento de desamparo e desproteção do estado e da sociedade, buscando assim, refúgio no uso e abuso de substâncias psicoativas.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa realizada por meio de revisão integrativa da literatura. Esta metodologia tem como objetivo fornecer informações mais abrangentes acerca de um fenômeno particular (Rodrigues; Sachinski; Martins, 2022). Para estes autores, a pesquisa de revisão integrativa de bibliografia sintetiza e articula estudos já realizados anteriormente sobre determinado tema, proporciona uma análise individualizada dos dados, bem como os relaciona entre si, com vistas a possíveis correspondências.

Para a realização desta pesquisa foram selecionados artigos científicos publicados em revistas, periódicos, dissertações e teses, bem como livros em língua portuguesa acerca de moradores em situação de rua, dependência de substâncias psicoativas, abordagens multidisciplinares sobre estes temas e políticas públicas brasileiras para este público vulnerável.

As bases de dados pesquisadas foram a *Scielo*, *Pepsic*, Google Acadêmico. Foram realizadas ainda consultas à *webpages* governamentais nacionais e internacionais. As palavras chaves utilizadas nesta pesquisa foram: população de rua, dependência química, substâncias psicoativas, políticas públicas, saúde mental, psicologia social.

Optou-se por uma leitura exploratória, a fim de buscar informações acerca do foco central de cada texto pesquisado, identificando assim o assunto principal, e realizando uma ligação dos dados dessas informações. Optou-se também por uma leitura analítica, uma leitura integral do texto, onde identificou-se e sintetizou-se suas ideias-chaves.

Revisão de Literatura

A dependência de substâncias psicoativas e sua relação com a população que vive nas ruas é um problema social de grande relevância, com implicações significativas para a saúde pública e para os direitos humanos. A seguir esse tema será discutido a partir de contribuições mais recentes de diversos autores sem desconsiderar as vozes que inauguraram o olhar e a preocupação com este fenômeno e a

expressaram na produção de conhecimento científico.

Dependência de substâncias psicoativas e a população em situação de rua

O consumo mundial de álcool, tabaco e outras substâncias regulamentadas está aumentando rapidamente e contribuindo de maneira importante para a carga das doenças em todo mundo. Jorge e colaboradores (2013) colocam que o abuso e a dependência de álcool e outras drogas, até mesmo aquelas que são regulamentadas, resultam em danos físicos, psíquicos e sociais para os usuários.

A organização mundial da saúde (OMS, 2016) define a dependência de substâncias psicoativas como uma doença crônica e progressiva, que afeta o pensamento, a cognição e o comportamento. Podem apresentar comorbidades com outros transtornos mentais tais como depressão, ansiedade e, em alguns casos, desencadear outros quadros, como sintomas psicóticos. Por se tratar de uma doença que envolve aspectos psicológicos, biológicos e sociais importantes, requer intervenções específicas de profissionais da área da saúde mental e da assistência social no sentido de oferecer suporte e tratamento adequados que visem a qualidade de vida, saúde mental e participação social das pessoas dependentes.

Embora pareça um problema exclusivo da contemporaneidade, as drogas estão presentes no mundo há muito tempo, de modo que não possuem um marco temporal definido do início de seu uso. Entretanto, nos últimos anos observou-se aumento significativo no número de pessoas que consumiram substâncias psicoativas de forma esporádica ou frequente. Observa-se que a utilização de tais substâncias acontece, e acontece ainda, associada a situações particulares, como: rituais religiosos, comemorações e recreação, com a finalidade de formas lícitas ou ilícitas com o objetivo de conexão com o transcendente, no caso de rituais religiosos, ou para se alcançar alterações de consciência, de humor, pensamentos e sentimentos (Silva; Souza; Cardoso, 2019). Independente da finalidade do uso das substâncias psicoativas, seu uso abusivo pode levar à dependência física e psicológica, na qual o sujeito busca constantemente seu uso.

A dependência de substâncias psicoativas é um fenômeno multifatorial e complexo, onde fatores físicos/biológicos desempenham um papel fundamental. As substâncias psicoativas agem diretamente no cérebro, modificando neurotransmissores e circuitos neuronais, principalmente no sistema de recompensa,

proporcionando sensações de prazer intensas e imediatas. Essas alterações podem levar a vício e dependência, além de prejuízos físicos e psicológicos a longo prazo. A busca constante por essas substâncias, motivada pela sensação de prazer intenso, compromete a saúde mental e a qualidade de vida do indivíduo, gerando um ciclo vicioso de uso, abuso e dependência (Pereira, 2021).

O mecanismo de ação neurológico das substâncias psicoativas envolve a ativação do sistema de recompensa do cérebro, levando a sensações de prazer. As substâncias psicoativas atuam nas vias neuronais relacionadas à repetição de ações que trazem prazer (Duda; Barbosa, 2021). Isto significa que o cérebro, diante da sensação inicial de prazer que a droga provoca e do aumento da dopamina (neurotransmissor do sistema nervoso central) decorrente deste prazer, buscará incessantemente alcançar a mesma sensação, podendo desenvolver o vício. Após essa ativação o indivíduo sente uma forte necessidade de consumo, o que irá afetar suas prioridades, se dedicando menos a sua vida profissional e pessoal, levando-o a negligenciá-las, em favor da sua necessidade física e psicológica de buscar a droga. Além dos prejuízos sociais, familiares, laborais e de saúde mental decorrentes da dependência de substâncias psicoativas, esta condição também pode causar efeitos fisiológicos e psiquiátricos como: abstinência, intoxicação e transtornos de saúde mental induzidos por substâncias (Khan, 2022).

Por se tratar de uma doença reconhecida mundialmente, a dependência em droga está identificada no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, Edição Revisada (DSM 5-TR) no capítulo de transtornos relacionados a substâncias e dependências. Neste manual é apontado que esse transtorno mental pode resultar em outros quadros, tais como depressão, ansiedade e transtornos psicóticos (*American Psychiatric Association*, 2013), de modo que suas repercussões são maiores do que a dependência isoladamente.

Acerca dos danos provocados pelo uso de substâncias psicoativas e o comportamento dos usuários, o estudo realizado por Mashal Khan (2022) aponta que neste transtorno mental os sujeitos, em geral, continuam a utilizar uma substância psicoativa apesar de experimentarem problemas significativos relacionados ao seu uso. Esta característica faz parte dos critérios diagnósticos presentes no DSM 5-TR e se referem à situação na qual o sujeito, embora reconheça os danos físicos, sociais e laborais decorrentes da dependência

de drogas, não consegue abandoná-las sem ajuda.

A dependência de substâncias psicoativas pode ocorrer por diversos fatores, como o ciclo em que esse indivíduo está inserido, fatores genéticos, psicológicos, dentre diversos outros fenômenos. Dentre as questões que podem colaborar para o uso de substâncias psicoativas está o fato de não possuir um lar estável e vínculos familiares saudáveis. Estas pessoas fazem parte da população em situação considerada de rua.

No Brasil, o termo “população em situação de rua” ressalta o caráter processual da vida nas ruas e expressa mais a situação do sujeito em relação à rua do que a “mera ausência de casa” (Paiva Ramos Guimarães, 2018). Para Abreu e Salvadori (2017) é importante destacar a complexidade das principais causas que levam uma pessoa a ficar em situação de rua. A pesquisa aponta quatro causas principais: violência, uso de drogas, desemprego e problemas de saúde. Estes elementos, muitas vezes interligados e intensificados, contribuem para a marginalização social e para a falta de abrigo. A violência, especialmente a violência doméstica, pode levar à ruptura familiar e à saída de casa; o uso de drogas pode gerar dependência e consequências sociais; o desemprego dificulta a manutenção da habitação; e problemas de saúde, como doenças estigmatizadas, podem isolar o indivíduo. É crucial considerar a complexidade das histórias de vida individuais, marcadas por um conjunto de experiências e situações que levam à situação de sem-abrigo.

A população de rua é frequentemente associada à dependência de psicoativos, como álcool e outras drogas ilícitas. Embora essa conexão possa ter várias origens e se manifestar de várias maneiras, os elementos que mais frequentemente a conectam são, a exclusão social, desigualdade econômica, traumas e falta de acesso a serviços de saúde e assistência adequados (Mendes; Ronzani; Paiva, 2019). Rossi e Tucci (2020) colaboram com essa discussão ao apontar que grande parte da população em situação de rua é usuária de substâncias psicoativas e que isso decorre, tanto pelas condições de vulnerabilidade que levaram à situação de rua, quanto por fatores que contribuem para a manutenção do consumo da droga, tais como a falta do suporte familiar, problemas relacionados à socialização, bem como a fuga da realidade que é viver nas ruas.

Para Guimarães e seus colaboradores (2023) o fato das pessoas viverem nas ruas colabora fortemente para o uso de drogas, de maneira que estas se configuram como uma

forma de substituição do afeto perdido pela família. A drogas se converte, desta maneira, em “mediadora do sofrimento”, na medida em que traz conforto, alívio e ajuda a esquecer seu passado, especialmente quando o álcool é usado. Para muitos moradores de rua, o uso de substâncias psicoativas pode ser uma maneira de enfrentar situações do cotidiano como estresse, fome, falta de abrigo ou até mesmo para escapar da vida difícil que enfrentam. No entanto, o uso dessas substâncias frequentemente acaba por agravar problemas sociais e de saúde que já existem (Souza; Mesquita; Souza, 2017).

Entre pessoas em situação de rua, o uso de substâncias psicoativas também pode tomar diversos significados e funcionalidades (Alcantara, *et. al*, 2015; Sicari; Zanella, 2018). Em certos casos manifesta-se como causa da situação de rua, decorrente do abuso de álcool ou outras drogas, levando a instabilidade de vínculos com a família, a dificuldade de manutenção de um emprego formal e, conseqüentemente, ao desalojamento, colocam os mesmo autores

No capítulo a seguir serão discutidos os desafios psicológicos, sociais e biológicos enfrentados pela população em situação de rua dependentes de substâncias psicoativas na contemporaneidade.

Desafios biopsicossociais enfrentados pela população de rua dependentes de substâncias psicoativas

Uma das questões que permeia a vida da população em situação de rua é a necessidade de assistência social, de saúde e cuidado, uma vez que, estas não têm garantido o acesso aos equipamentos governamentais na proporção de suas demandas, ou por se negarem a usufruí-los.

A categoria de cuidado tem sido significativamente discutida no campo da saúde pública no Brasil por diversos autores, como Mehry (2004), Pinheiro e Mattos (2008) e Ayres (2009), quando apontam a complexidade que permeia as práticas relacionadas a ela. Na visão destes autores, o cuidado à saúde relacionado ao ato de cuidar diz respeito a uma interação entre dois ou mais sujeitos, visando o alívio de um sofrimento, ou o alcance de um bem-estar, sempre mediada por saberes especificamente voltados para essa finalidade. (AYRES, 2009).

No cuidado à saúde, observa-se a perspectiva relacional entre os sujeitos: profissional de saúde e usuário. Sendo assim, cabe aos profissionais de saúde se mobilizarem pela construção de um projeto político que qualifique o cuidado, transcendendo a sua dimensão instrumental, o que se viabiliza quando, além do aumento da

oferta de serviços e da resolubilidade de ações e técnica, exercita-se a escuta sensível de necessidades, praticando-se um acolhimento que valorize singularidades articuladas à totalidade. (Coelho; Fonseca, 2005).

Embora o Brasil tenha avançado no acesso aos serviços de saúde, ainda existem grupos que, devido à organização dos serviços e seus modos de vida, encontram grande dificuldade de acesso a estes serviços em decorrência de suas singularidades (carneiro junior *et al.*, 2010). Esse é o caso das pessoas em situação de vulnerabilidade, o que requer constante renovação dos arranjos e das metodologias de organização do cuidado. Destacam-se nesse grupo as pessoas que vivem em situação de rua que, historicamente, tem acesso limitado aos serviços de saúde com uma gama de entraves, alguns destes assinalados por Costa (2005): a exigência de comprovação de residência, tratamentos de saúde aplicados a regras que não levam em consideração as condições de vida destes indivíduo, e o despreparo dos profissionais para o acolhimento a esse grupo.

Haliais e Barros constataam que a oferta de cuidados do Sistema Único de Saúde (SUS) é limitada, diante das condições de precariedade, privação e invisibilidade vivenciadas por essa população, e ressaltam que as Políticas Públicas atuais não garantem o cuidado integral. Lisboa 2013 destaca a necessidade de se construir uma linha de cuidado para esse grupo que seja pautada nas suas características e leve em conta determinantes do processo saúde-doença e seus principais problemas clínicos, além das dificuldades enfrentadas no relacionamento com a rede de cuidados.

Os desafios enfrentados por essa população são diversos, que variam entre questões de cunho pessoal, até questões psicossociais como a invisibilidade, a falta de rede de apoio, de relações sociais saudáveis, de atenção à saúde, bem como o acesso aos programas públicos (IPEA, 2020). São observados diariamente que se trata de uma população esquecida e abandonada pela a sociedade.

A situação de rua expõe os indivíduos a uma profunda vulnerabilidade social, marcada pela falta de acesso a direitos básicos como a habitação e a segurança. Essa condição, como apontam Valle, Farah e Carneiro Junior (2020), está ligada a fatores sociais, econômicos e culturais mais amplos. A ausência de um local seguro impacta diretamente na saúde física e mental dessas pessoas, submetendo-as a condições precárias e riscos à saúde. A experiência de viver nas ruas apresenta diversos desafios, especialmente no que diz respeito à

satisfação das suas necessidades fundamentais. Segundo Sicário e Zanella (2018), a inacessibilidade a serviços fundamentais, como banheiros públicos, expõe essas pessoas ao preconceito, à violência e a condições insalubres, afetando diretamente sua saúde e bem-estar..

É necessário destacar a violência sofrida pela a população em situação de rua no cotidiano, impostas pelo preconceito e discriminação. Segundo os autores Alvarenga e Gulisz (2022) estas pessoas estão vulneráveis a essas violências, seja ela sofrida ou praticada, que podem ocorrer tanto nas ruas, como nos espaços institucionais voltados para seu acolhimento, estando eles em constante contexto de insegurança. Esta situação se torna mais explícita no caso das pessoas em situação de rua que também são dependentes de substâncias psicoativas, uma vez que, esta condição é frequentemente associada à falta de caráter e de força de vontade para abandonar o vício.

A violência sofrida pela população em situação de rua transcende as agressões físicas, impactando profundamente a saúde mental dessas pessoas, já fragilizadas em função da dependência de drogas. O preconceito, a discriminação e a intolerância, muitas vezes instigados pela mídia, contribuem para a construção de uma imagem negativa dessa população, justificando a violência, além de causarem sofrimento psicológico, limitam o acesso a serviços essenciais e oportunidades de inclusão social (Silva, 2019). A vivência constante de violência gera um sentimento de insegurança e desamparo, contribuindo para o agravamento de problemas, expondo essas pessoas a um risco ainda maior de agressões físicas, psicológicas e sociais (Valle; Farh; Júnior, 2020).

Para Nascimento e colaboradores (2020) a falta de acesso aos direitos básicos como alimentação, moradia e saúde, se contrapõe à noção de dignidade do ser humano o que resulta em uma transformação no psiquismo desses sujeitos, levando-os a acreditar que não são dignos e merecedores de direitos (NASCIMENTO et al., 2020). Esta percepção se relaciona com a autoestima comprometida, na medida em que estas pessoas não se sentem sujeitas de direitos e seres humanos valorizados, sequer por eles mesmos.

O uso e abuso de drogas, sintomas ou quadros de adoecimento psiquiátrico são considerados também uma das causas da condição de vida nas ruas (Varanda; Adorno, 2004), como já foi apontado anteriormente. Uma compreensão homogênea e individualizante de tal fenômeno é errônea, em decorrência das interações que o uso de substâncias psicoativas

exerce com outras dimensões do indivíduo. Desta maneira, além dos desafios vivenciados pela pessoas em situação de rua só pelo fato de estarem nesta condição, é ainda maior caso ela dependa de substâncias psicoativas, face à questões neurológicas e de saúde mental associadas, que requerem suporte de profissionais específicos para seu tratamento, aos quais estas pessoas não têm acesso facilmente, perpetuando esta condição.

O uso de substâncias psicoativas pode causar mudanças físicas, psicológicas, danos sociais e de saúde, mas também pode ser uma estratégia de sobrevivência para essa população que está em uma posição de vulnerabilidade, porque altera suas percepções de realidade e causa sensações de prazer, felicidade e poder (Tondin; Barros; Neta; Passos, 2013).

Para sobreviver neste contexto, as pessoas em situação de rua desenvolvem estratégias complexas e adaptativas, como destacam Kunz, Heckert e Carvalho (2014). Essas estratégias, embora fundamentais para a sobrevivência, não eliminam, no entanto, as vulnerabilidades que acompanham a situação de rua. A realidade complexa e multidimensional desses indivíduos é moldada pela interação de questões estruturais, como a injustiça social e a ausência de políticas públicas adequadas, com as experiências únicas de cada indivíduo.

Para o enfrentamento deste problema de saúde coletiva e, concomitantemente de segurança pública, são necessárias políticas públicas e ações da sociedade civil que ofereçam programas de prevenção, tratamento e reintegração na comunidade, temas que serão abordados a seguir.

Políticas Públicas voltadas para população em situação de rua dependente de substância psicoativas

As Políticas públicas tem como objetivo promover com que os direitos humanos sejam garantidos, diante disso pesquisas recentes trazem políticas existentes à população de rua, sendo elas: albergues para pernoite, consultório de rua, caps, cidade acolhedora (Brasil, 2023).

O problema da dependência de substâncias psicoativas -me da população em situação de rua - é complexo e envolve vários fatores públicos e privados. As políticas públicas são direitos de toda população, bem como as mais necessitadas que vivem em situação de vulnerabilidade (Brasil, 2023).

Na promulgação da nova Constituição Brasileira em 1988, foi estabelecido, em seu Artigo 196, que a saúde é direitos de todos e

dever do estado, com isso foram desenvolvidas as bases para a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) (Brasil, 1988). Mais tarde, por meio da Lei Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, este sistema de atendimento à saúde pública foi aprovado e sua finalidade de atendimento universal e gratuito foi concretizado (Brasil, 1990).

O SUS é um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo, abrangendo desde o simples atendimento para avaliação da pressão arterial, por meio da Atenção Primária, até o transplante de órgãos, garantindo acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país. Com a sua criação, o SUS proporcionou o acesso universal ao sistema público de saúde, sem discriminação. A atenção integral à saúde, e não somente aos cuidados assistenciais, passou a ser um direito de todos os brasileiros, desde a gestação e por toda a vida, com foco na saúde com qualidade de vida, visando a prevenção e a promoção da saúde (Brasil 2024).

Deste sistema derivou os serviços de atendimento à pessoa com transtornos mentais e/ou com problemas decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, sendo eles o Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), que são ações estabelecidas pelo poder público para oferecer atendimento à pessoas com transtornos mentais, dentre eles aquelas dependentes de substâncias psicoativas (Brasil, 2011).

A implementação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) busca ampliar os serviços voltados ao acolhimento dessa população e fornecer cuidados primários em saúde mental, atenção especializada, em regime de urgência e emergência, além de ações aos usuários com transtornos mentais, sendo eles moradores em situação de rua ou não (Brasil 2011).

Fazem parte também, da RAPS o CAPS em suas diversas configurações, que são voltados à saúde mental da população. Os CAPS são destinados ao atendimento de pessoas com sofrimento mental grave, incluindo aquele decorrente do uso de álcool e outras drogas, seja em situações de crise ou nos processos de reabilitação psicossocial (Brasil 2024). A assistência em saúde mental é realizada por equipe multiprofissional que atua sob a ótica interdisciplinar, composta por: psiquiatras, clínicos, pediatras, fonoaudiólogos, psicólogos, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais, equipe de enfermagem, farmacêuticos, a depender da modalidade do CAPS (Brasil 2024).

Para o atendimento específico de dependentes de álcool e outras drogas, foram criados os Centros de Atenção Psicossocial

Álcool e Drogas (CAPS AD), cuja finalidade é atender pessoas de todas as faixas etárias que apresentam sofrimento psíquico decorrente do uso de álcool e outras drogas. O serviço fornecido para esta população tem como objetivo prestar assistência e resgate de qualidade de vida sem julgamentos (Brasil 2011).

A dependência de substâncias psicoativas é um problema tanto de saúde coletiva quanto de segurança pública. Neste sentido, o Ministério da Justiça promulgou a Política Nacional Sobre Drogas, por meio do Decreto 9.761 de abril de 2019. Essa Política busca tornar a comunidade mais saudável com foco na prevenção, no tratamento, no acolhimento, na recuperação e na reinserção social, com ações de base educativa e interventiva, lançando um olhar também para o combate ao tráfico e redução de oferta de drogas, em ações coordenadas com as demais políticas voltadas para esse tema (Brasil, 2019).

No campo da assistência social a problemática sobre a população em situação de rua é contemplada no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) promulgada por meio da Lei Nº 12.435 de julho de 2011, que substituiu a Lei Nº 8.742/1993.

O SUAS tem a finalidade de garantir a proteção social aos cidadãos, ou seja, apoio a indivíduos, famílias e à comunidade no enfrentamento de suas dificuldades, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos. Em seu Artigo 23, § 2º, inciso II, quanto à organização dos serviços da assistência social, coloca que devem ser criados programas de amparo, entre outros, os indivíduos que vivem em situação de rua, que devem ter acesso a estes serviços e podem usufruir dos tratamentos oferecidos por organizações governamentais (Brasil, 2011). Neste sentido, a população em situação de rua que é dependente de substâncias psicoativas deve ter acesso aos equipamentos governamentais criados tanto pelo SUS, quanto pelo SUAS, na medida em que se trata de um problema complexo que necessita de suporte em diversas frentes.

Mas não é suficiente haver políticas públicas destinadas à prevenção e tratamento de pessoas dependentes de substâncias psicoativas, moradores de rua ou não, visto que muitas delas não se enxergam como merecedoras da atenção da sociedade, especialmente se estiverem em situação de rua, sendo esse um dos motivos para a não procura de serviços ou a não aderência de tratamentos. Estudos realizados a população de rua mostram que um terço desses indivíduos se sentem discriminados ao serem atendidos em serviços de saúde, apesar de considerarem sua situação de saúde ruim (Barata *et al.*, 2015), o

que indica a necessidade de treinamento e preparo de profissionais para trabalharem neste campo.

Os agentes públicos têm um papel fundamental, neste sentido, uma vez que a maneira como abordam ou acolhem estas pessoas influencia diretamente na adesão ao tratamento e à aceitação destes aos suportes sociais oferecidos pelo Estado. Ao trabalhar com essa população é importante a construção de confiança para que se sintam acolhidos, respeitados e tratados com dignidade (CANÔNICO et al., 2007).

A abordagem indicada para o tratamento da dependência química é coerente com o modelo psicossocial de saúde em foco na atualidade. Isso porque, tratar a questão do uso abusivo de substâncias psicoativas e a questão da possível dependência que pode emergir em alguns casos, implica discutir não só as questões orgânicas e psicológicas envolvidas, mas também os aspectos sociais, políticos, econômicos, legais e culturais inerentes a esse fenômeno, além das consequências físicas, psíquicas e sociais da mesma (Cochino; Teixeira, 2006).

Pesquisa realizada nos Estados Unidos, com a população de rua usuária de drogas, revela alta porcentagem de indivíduos que estão excluídos de qualquer tipo de tratamento e elevadas necessidades em saúde mental, alcançando mais de 50% da amostra (Brubaker et al., 2013). Aponta também que as principais barreiras no tratamento são a falta de seguro saúde para intervenção a dependência de drogas, a falta de habitação, a dificuldade que a população de rua enfrenta para obter informações a respeito dos programas existentes e como acessá-los, o tempo de espera para o início ao tratamento, a falta de qualidade aos cuidados recebidos, a falta de serviços bem como a falta de recursos básicos (transporte, trabalho, dinheiro, tempo) e a vivência de sentimentos de estigma.

O fenômeno da dependência de substâncias psicoativas na população em situação de rua envolve a Psicologia Social, campo científico que traz contribuições importantes para a discussão desse tema.

A psicologia social na prevenção da dependência de drogas pela população em situação de rua

A psicologia social é um ramo da psicologia que estuda o comportamento do indivíduo em sociedade, como as pessoas pensam e se relacionam quando sozinhas e quando se encontram no meio social (Van

Stralen, 2005). Neste sentido, a problemática da dependência de substâncias psicoativas associada (ou não) à população em situação de rua “é um terreno de investigação bastante rico para as ciências humanas”, conforme apontam Sousa, Santos e Acioli Neto (2019, p. 351)

Na perspectiva da Psicologia Social o sujeito dependente substâncias psicoativas é invisível à sociedade, reforçando um “estereótipo de marginalidade”, nas palavras de Melo (2024). Estas pessoas apresentam comportamentos adversos que prejudicam seu convívio consigo mesmo e com a sociedade, especialmente se fazem parte da população em situação de rua, na medida em que despertam insegurança e medo face à questão da criminalidade que, em muitos casos, sustentam seu vício. Diante disso, é fundamental buscar compreender este fenômeno social para se buscar estratégias para tratamento e reinserção social desses sujeitos (Militão; Santos; Cordeiro, 2022).

A situação de rua e a toxicodependência não afetam somente a vida social do sujeito, mas também seu psiquismo, demandando apoio psicológico para aqueles que vivenciam estas situações, conforme afirma Wijk e Mângia (2019). Neste sentido, a psicologia social pode colaborar para a compreensão destes fenômenos juntos ou separados, com foco em intervenções pautadas na concepção do sujeito como parte da sociedade e em sua relação bidirecional com ela e na indissociabilidade entre este e a sociedade (Souza; Santos. Acioli, 2019).

Na perspectiva da psicologia social o fenômeno da dependência de substâncias psicoativas é um problema de saúde pública, de saúde mental e também social. A representação social destas pessoas é negativa, como afirma Melo e Maciel, (2016), visto que o imaginário da sociedade as coloca na posição de irresponsáveis, indignos de confiança e incapazes. cada um destes sujeitos, entretanto, traz consigo sua história de vida, expressando sua individualidade e também a história de muitas outras pessoas com as quais convive ou conviveu (Brasil, 2004).

Tanto quanto as pessoas exclusivamente dependentes de substâncias ilícitas a pessoas em situação de vida possuem uma representação social negativa, depreciativa e pejorativa (Da Silva, 2020) Em função da vulnerabilidade socioeconômica a qual estão expostos, se tornam suscetíveis a repressão e exclusão, baseadas em estereótipos e estigmas impostos pela sociedade, de que todo morador de rua é perigoso, sujo e drogado. Esta percepção da sociedade afeta sua autoestima e autoconfiança, de modo que a visão que tem sobre si também se torna negativa, colaborando para sua marginalização social. A

Psicologia Social tem um papel relevante na quebra de estigmas e recuperação de dignidade (Macerata, 2014) e também na percepção da sociedade sobre estas pessoas.

O trabalho do psicólogo social envolve ações conjuntas com outros profissionais no âmbito da assistência social e da saúde mental, em uma perspectiva multidisciplinar. Tem como objetivo oferecer apoio a população de rua dependente de drogas ilícitas, não somente a escuta qualificada, mas também intervenções que visem a construção da autonomia, empoderamento, com o olhar voltado para sua inclusão social. A Intervenção visa, ainda, favorecer o reconhecimento do próprio indivíduo quanto aos fatores de risco e de proteção a que cada um possa estar sujeito, seja no que tange o uso de substâncias psicoativas, seja em relação à situação de rua (Filho; Valério; Monteiro, 2011).

Os estudos publicados por Vieira-Filho e Rosa (2011), apontam que a abordagem psicossocial oferece a possibilidade de se criar uma rede social de suporte e atenção para com a população em situação de rua. A atuação do psicólogo deve ser direcionada ao cuidado com as dinâmicas relacionais cotidianas do sujeito e seu contexto de vida, com o território no qual está inserido, auxiliando o indivíduo a construir novos sentidos e significados para sua vida, inclusive a partir do tratamento adequado da dependência de substâncias psicoativas.

A perspectiva da saúde mental referente ao trabalho do psicólogo social a população em situação de rua é normalmente orientada para que o acolhimento dado a essas pessoas não adote posturas de caráter higiênico ou mesmo abordagem de característica pedagógico-moralista.

A associação destes dois fenômenos implica em um desafio consideravelmente maior para a intervenção social e tratamento destes sujeitos, visto que a complexidade da situação exige abordagens multidisciplinares e personalizadas. A falta de moradia, a insegurança alimentar, a violência e o estigma social, somados aos desafios do tratamento da dependência em psicoativos, criam um ciclo vicioso difícil de romper.

Do ponto de vista social e de saúde pública, observa-se que é uma população carente de atendimentos, o que os leva a esses indivíduos procurarem outros meios de aliviar as suas dores físicas sociais e psicológicas vividas nas ruas, recorrendo assim ao uso das substâncias psicoativas como forma de alívio a realidade exposta. Além disso, a estigmatização e a discriminação enfrentadas por essa população

dificultam a busca por ajuda e a adesão aos tratamentos.

A ausência de políticas públicas integradas e efetivas, que contemplem as necessidades específicas dessa população, contribui para a perpetuação desse ciclo de vulnerabilidade e exclusão social. A fragmentação das políticas públicas e a ausência de uma visão integrada sobre o problema da situação de rua impedem a criação de soluções eficazes e duradouras. A falta de recursos financeiros, a instabilidade política e a resistência de setores da sociedade à implementação de políticas públicas mais abrangentes também contribuem para agravar essa situação.

Um outro fator importante que dificulta a análise dos desdobramentos da atuação em psicologia frente a pessoas em situação de rua é o acesso dificultado ao campo, o que recentemente vem mudando devido a propostas de aproximar vínculos socioafetivos entre os profissionais em psicologia e essa população. O vínculo afetivo é diferente do envolvimento afetivo, pois esse se baseia numa aproximação ética e saudável em que se respeita os limites da atuação profissional. Não se pode deixar ainda de evidenciar o caráter elitista e exclusivo tanto da formação quanto da atuação em psicologia, que muito invisibiliza a saúde mental dessa população (Zanella, 2018)

Gaia (2016) coloca que a relação entre profissional da psicologia e sujeito é mais do que acessar sintomas: o profissional também deve se conectar aos costumes, às crenças religiosas, as condições existenciais, corporais e sociais que constituem o sofrimento, auxiliando assim o desenvolvimento de práticas de autocuidado, o fortalecimento de vínculos e o compartilhamento de responsabilidades pelo processo de saúde-doença do sujeito.

A fenomenologia de Merleau-Ponty (1996) nos serviu de suporte, pois, para o autor, não se separa o objeto de pesquisa do sujeito pesquisado, o objeto de uma pesquisa é sempre para um sujeito que lhe dá significado, a consciência é sempre consciência de algo, busca algo fora de si, é sempre intencional e nunca é separada do mundo onde os eventos acontecem. Para Merleau-Ponty (1996, p.18): "O mundo fenomenológico não é puro, mas o sentimento que transparece na interação de minhas experiências com aquelas do outro, pela engrenagem de uma nas outras. [...]".

A partir dos estudos publicados por Vieira-Filho e Rosa (2011), é possível compreender que a clínica psicossocial é uma possibilidade singular e social de se formular uma rede social de cuidados e relações com a

população em situação de rua. Dessa maneira, a atuação do psicólogo deve ser direcionada ao cuidado com as dinâmicas relacionais cotidianas do sujeito e seu contexto de vida, com o território, buscando superar a tecnificação do cuidado e auxiliando o indivíduo a construir novos sentidos e significados contextualizados em seu processo de sofrimento e/ou adoecimento.

A população em situação de rua, em função da vulnerabilidade socioeconômica a qual estão expostos, se tornam suscetíveis a repressão e exclusão, baseadas em estereótipos e estigmas impostos pela sociedade, de que todo morador de rua é perigoso, sujo e drogado. Afetando a autoestima e visão sobre si próprio dentro da sociedade desse indivíduo. Sendo a psicologia social uma aliada para essa quebra de estigmas e recuperação de dignidade (Macerata, 2014).

Considerações finais:

Este trabalho teve como objetivo investigar os impactos da dependência de substâncias psicoativas na população em situação de rua, com base em uma análise dos aspectos biológicos, psicológicos e sociais envolvidos.

A questão da dependência de substâncias psicoativas é, isoladamente, um problema complexo, que envolve questões de natureza biopsicossocial, na qual o sujeito perpassa por situações como acesso livre a drogas, falta de apoio familiar. A combinação desses fatores, juntamente com predisposições genéticas, características individuais e o contexto social, especialmente para pessoas em situação de rua, desempenha um papel crucial no desenvolvimento da dependência. A falta de acesso a serviços básicos, a violência, a discriminação e a exclusão social criam um ambiente propício ao uso de drogas como forma de escape da realidade. Além disso, a falta de apoio familiar e a baixa autoestima podem aumentar a vulnerabilidade ao desenvolvimento da dependência.

A situação das pessoas que moram nas ruas, está relacionada igualmente com os mesmos fatores observados nas pessoas toxicodependentes, de maneira que grande delas apresentam, concomitantemente, ambas as condições. A associação destes dois fenômenos implica em um desafio consideravelmente maior para a intervenção social e tratamento destes

sujeitos, visto que a complexidade da situação exige abordagens multidisciplinares e personalizadas. A falta de moradia, a insegurança alimentar, a violência e o estigma social, somados aos desafios do tratamento da dependência em psicoativos, criam um ciclo vicioso difícil de romper.

Do ponto de vista social e de saúde pública, observa-se que é uma população carente de atendimentos, o que os leva a esses indivíduos procurarem outros meios de aliviar as suas dores físicas, sociais e psicológicas vividas nas ruas, recorrendo assim ao uso das substâncias psicoativas como forma de alívio a realidade exposta. Além disso, a estigmatização e a discriminação enfrentadas por essa população dificultam a busca por ajuda e a adesão aos tratamentos.

A ausência de políticas públicas integradas e efetivas, que contemplem as necessidades específicas dessa população, contribui para a perpetuação desse ciclo de vulnerabilidade e exclusão social. A fragmentação das políticas públicas e a ausência de uma visão integrada sobre o problema da situação de rua impedem a criação de soluções eficazes e duradouras. A falta de recursos financeiros, a instabilidade política e a resistência de setores da sociedade à implementação de políticas públicas mais abrangentes também contribuem para agravar essa situação.

Os resultados obtidos contribuem significativamente para a compreensão de que esta população necessita de cuidados específicos, bem como olhares voltados às necessidades básicas do sujeito como ser humano, pois se trata de indivíduos dignos de seus direitos em meio à sociedade.

Agradecimentos:

Gostaríamos de deixar nossos mais sinceros agradecimentos a todos os colaboradores que nos auxiliaram ao longo do curso de psicologia, prestando todo ensino necessário para uma formação acadêmica de excelência, rica em conhecimentos.

Expressamos especialmente nosso agradecimento a nossa orientadora e Professora Ma. Lênia Gonçalves, por toda sua sabedoria e alinhamento, bem como sua disposição, que foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Referências:

ALUÍSIO FERREIRA DE LIMA. **Dependência de drogas e psicologia social: um estudo sobre o sentido das oficinas terapêuticas e o uso de drogas a partir da teoria de identidade.** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/9bZdr3zfr5YYtyb3m8c5KZS/#> Acesso em: 20 de nov. 2024.

American Psychiatric Association (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5;** Tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento et al.; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli et al.; 5. ed Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em: <https://www.institutopebioetica.com.br/documentos/manual-diagnostico-e-estatistico-de-transtornos-mentais-dsm-5.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2024.

ANA PAULA MARQUES DA ROSA, Mara Elisângela Jappe Goi. **Teoria sócio construtivista de Lev Vygotsky: aprendizagem por meio das relações e interações sociais.** Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/24/10/teoria-socioconstrutivista-de-lev-vygotsky-aprendizagem-por-meio-das-relacoes-e-interacoes-sociais>. Acesso em: 21 de outubro de 2024.

ABREU, D.; SALVADORI, L. V. **Pessoas em situação de rua, exclusão social e rualização: Reflexões para o serviço social.** Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil), 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/180819>. Acesso em: 15 set 2024.

ALCANTARA, S. C. ABREU, D. P., FARIAS, A. A. (2015). **Pessoas em situação de rua: Das trajetórias de exclusão social aos processos emancipatórios de formação de consciência, identidade e sentimento de pertença. Pessoas em Situação de Rua no Brasil: Revisão Sistemática. Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, n. 4, p. 662–679, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/zZmF6jcYxpRqGS4b5QMX9sQ/#>. Acesso em: 25 mar. 2024.

ALVARENGA, R.; GULISZ, I. C. **As violações de direitos humanos da população em situação de rua na cidade de Curitiba: . Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos, Bauru, v. 10, n. 1, p. 97–114, 2022.** DOI: 10.5016/ridh.v10i1.127. Disponível em: <https://www2.faac.unesp.br/ridh3/index.php/ridh/article/view/127>. Acesso em: 4 out. 2024.

AMORIM, A. K. M. A. *et al.* **Direitos Humanos e População em Situação de Rua: investigando limites e possibilidades de vidas.** NOBRE, MT *et al*, p. 121-160, 2019. Disponível: <https://www.scielo.br/j/physis/a/TxqHG9XCcxKxzXBvnyRmzb/>. Acesso em: 30 abr. 2024.

ARTHUR RIBEIRO, **A Revolução Silenciosa: Reflexos da Reforma Social.** Disponível em 1) A Revolução Silenciosa: Reflexos da Reforma Social (rabiscodahistoria.com). Acesso em: 3 de outubro 2024.

BARATA, R. B. *et al.* **Desigualdade social em saúde na população em situação de rua na cidade de São Paulo.** Saúde e Sociedade, v. 24, p. 219–232, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/QXWC9xT4V4HKHnsQ7DP4nSw/?lang=pt>. Acesso em: 10 mai. 2024.

BEZERRA, I.H.P. *et al.* **População em situação de rua: um olhar da enfermagem sobre o processo saúde/doença.** Rev Enferm. 2015; v. 18 n. 1. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/enfermagemrevista/article/view/9365/10323>. Acesso em: 24 abr. 2024.

BRASIL. Organização Mundial da Saúde Genebra, 2004. **NEUROCIÊNCIAS: CONSUMO E DEPENDÊNCIA DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS** Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Neuroscience_P.pdf. Acesso em: 10 de out. 2024.

BRASIL, Casa Civil. **SUS oferece atendimento às pessoas com transtornos mentais**, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2022/outubro/sus-oferece-atendimento-as-pessoas-que-vivem-com-algum-tipo-de-transtorno-mental>. Acesso em: 15 mai. 2024.

BRASIL, Ministério da Educação. **Dependência química é doença e tem tratamento**, 2024. Disponível em: [https://www.gov.br/ebserh/pt-br/comunicacao/noticias/dependencia-quimica-e-doenca-e-tem-tratamento#:~:text=Bras%C3%ADlia%20\(DF\)%20E2%80%93%20A%20d,e%20para%20toda%20a%20sociedade](https://www.gov.br/ebserh/pt-br/comunicacao/noticias/dependencia-quimica-e-doenca-e-tem-tratamento#:~:text=Bras%C3%ADlia%20(DF)%20E2%80%93%20A%20d,e%20para%20toda%20a%20sociedade). Acesso em: 20 Mai. 2024.

BRASIL, Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **MDHC lança relatório sobre pessoas em situação de rua no Brasil; estudo indica que 1 em cada mil brasileiros não têm moradia**, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/setembro/mdhc-lanca-relatorio-sobre-pessoas-em-situacao-de-rua-no-brasil-estudo-indica-que-1-em-cada-mil-brasileiros-nao-tem-moradia>. Acesso em: 10 mai. 2024

BRASIL, Ministério da Saúde. Saúde Mental. Brasília, s.d. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-mental#:~:text=De%20acordo%20com%20a%20Organiza%C3%A7%C3%A3o,e%20contribuir%20com%20a%20comunidade> Acesso em: 04 Out.2024

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Nova política** 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/cuidados-e-prevencao-as-drogas/nova-politica-nacional-sobre-drogas#:~:text=Institu%C3%ADda%20em%2011%20de%20abril,da%20recupera%C3%A7%C3%A3o%20e%20reinser%C3%A7%C3%A3o%20socia> Acesso em: 17 mai. 2024

BRASIL, **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**. (Nota Técnica no 73 Brasília: Ipea, 2020). Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10074/1/NT_73_Disoc_Estimativa%20da%20populacao%20em%20situacao%20de%20rua%20no%20Brasil.pdf. Acesso em 21 mar. 2024.

BRASIL, **Organização mundial da saúde (OMS)**, 2016 Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/74566-sa%C3%BAde-mental-depender-de-bem-estar-f%C3%ADsico-e-social-diz-oms-em-dia-mundial#:~:text=A%20constitui%C3%A7%C3%A3o%20da%20OMS%20afirma,de%20transtornos%20mentais%20ou%20defici%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 3 mai. 2024.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Saúde da população em situação de rua: um direito humano**. Brasília, 2014. Disponível em: https://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/pages/iframe_print.php?aid=127#:~:text=Dados%20nacionais%20apontam%20que%2035,recupera%C3%A7%C3%A3o%20para%20dependentes%20qu%C3%ADmicos%203 Acesso em: 6 abril 2014

BRASIL, Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde (CNS). **Comissão Organizadora da IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersetorial**. Relatório final da IV Conferência Nacional de Saúde Mental Intersetorial. Brasília: CNS; 2011. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/images/4_CNSM.pdfAcesso em: 23 abril 2024

BRASIL. Decreto-lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 2011. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%208.742%2C%20DE%207%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201993&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20da%20Assist%C3%A7%C3%A3o%20Social%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 18 mai.2024.

BRASIL. Decreto-lei nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. **Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 18 mai. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 31 mai. 2024

BRASIL. **Secretaria de Saúde do Distrito Federal** ses. Disponível em: <https://www.saude.df.gov.br/carta-caps>. Acesso em: 30 de Maio de 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Rede de Atenção Psicossocial**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saes/desmad/raps>. Acesso em: 24 abril 2024

BRASIL, Ministério da Saúde. **Sistema Único de Saúde - SUS**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/sus>. Acesso em: 4 mai. 2024.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Centros de Atenção Psicossocial**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saes/desmad/raps/caps>. Acesso em: 15 mai. 2024

BRASIL, **Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 27 mai. 2024

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, **A Assistência Social é uma política pública; um direito de todo cidadão que dela necessitar**. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas>. Acesso em: 31 mai. 2024

BOARINI, M. L. **A luta antimanicomial: um mosaico de vozes insurgentes**. Rev. psicol. polít., São Paulo ,v. 20, n. 47, p. 21-35, abr. 2020 .Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2020000100003&lng=pt&nrm=iso . Acesso em: 17 mai. 2024.

BRUBAKER, M. D. *et al.* **Barriers and supports to substance abuse service use among homeless adults**. *Journal of Addictions & Offender Counseling*, v. 34, n. 2, p. 81-98, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/4fHRYdcTqyGSFFwnXcYwyDj/>. Acesso em: 1 mai. 2024

CAROLINA CRUZ DA SILVA¹, Marly Marques da Cruz², Eliane Portes Vargas³. **Práticas de cuidado e população em situação de rua: o caso do Consultório na Rua**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/PBqqKT9JyJgJndzcTcjxRMh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 de out 2024.

CALIL, Breno Alves; DE ANDRADE, Vinicius Novais Gonçalves; FIUZA, Bruno. **Dependência química: os discursos que performatizam os usuários**. *Psicologias em Movimento*, v. 3, n. 1, p. 53-77, 2023. Disponível em: <https://unifan.edu.br/revistas/index.php/RevistaSEP/psicologias/article/view/1038> Acesso em: 17 mai. 2024

CANÔNICO, R. P., *et al.* **Atendimento à população de rua em um Centro de Saúde Escola na cidade de São Paulo**. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, Brasil, v. 41, n. spe, p. 799–803, 2007. DOI: 10.1590/S0080-62342007000500010. Disponível em: <https://www.periodicos.usp.br/reeusp/article/view/41688>. Acesso em: 17 mai. 2024.

DA SILVA, Mariana Luíza Becker et al. Representações sociais de pessoas em situação de rua: uma revisão integrativa. *Psicologia Revista*, v. 29, n. 2, p. 448-470, 2020. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/psicorevista/article/view/47413> Acesso em 20 nov. 2024.

DUDA, Camila Neves; BARBOSA, Leopoldo Nelson Fernandes. **Abuso de substâncias psicoativas por adolescentes: estratégias de prevenção. 2021**. Disponível em: <https://repositorio.fps.edu.br/handle/4861/607>. Acesso em 18 nov. 2024

FIGLIE, Neliana *et al.* **Filhos de dependentes químicos com fatores de risco bio-psicossociais: necessitam de um olhar especial?**. *Archives of Clinical Psychiatry (São Paulo)*, v. 31, p. 53-62, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rpc/a/ZtCB8BRwmzdLcYWM3ZryWDB/>. Acesso em: 27 mai. 2024.

GUIMARÃES, Andrea Noeremberg; BRUM, Maria Luiza Bevilaqua; FERRAZ, Lucimare; KOLHS, Marta; DOS SANTOS, Kérian Emili; DOS SANTOS, Eduardo Antunes. **Uso de álcool e outras drogas: interfaces com vulnerabilidades de pessoas em situação de rua. SMAD, Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas (Edição em Português), São Paulo, Brasil, v. 19, n. 1, p. 52–60, 2023.** Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/smad/article/view/187797>. Acesso em: 18 nov. 2024.

Guia do projeto consultório de rua / organizadores: Antonio Nery Filho, Andréa Leite Ribeiro Valério, Luiz Felipe Monteiro. – Brasília: SENAD; Salvador: CETAD, 2011. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/crianca-e-adolescente/drogacao-enfrentamento/manuais/consultorio_de_rua.pdf Acesso em: 25 abr. 2024

JORGE, M. S. B., QUINDERÉ, P. H. D., YASUI, S. **Ritual de consumo do crack: aspectos socioantropológicos e repercussões para a saúde dos usuários.** Ciência & Saúde Coletiva, v. 18, n. 10, p. 2909–2918, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2013.v18n10/2909-2918/pt>. Acesso em: 26 mar. 2024

KUNZ, Gilderlândia Silva; HECKERT, Ana Lucia; CARVALHO, Silvia Vasconcelos. **Modos de vida da população em situação de rua: inventando táticas nas ruas de Vitória/ES.** Fractal, Rev. Psicol., Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 919-942, dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/k3SQD6TLfjDvHWrMgmyWcg/?lang=pt..> Acesso em: 15 out 2024

KHAN, M. **“Transtornos por uso de substâncias”.** Manual MSD 2022. Disponível em: <https://www.msdmanuals.com/pt-br/profissional/transtornos-psiQUI%C3%A1tricos/transtornos-relacionados-a-o-uso-de-subst%C3%A2ncias/transtornos-por-uso-de-subst%C3%A2ncias>. Acesso em: 16 mai. 2024

MACERATA, I. **Vulnerabilidades do usuário e vulnerabilidades da atenção: Apontamentos iniciais para uma clínica de território na Atenção Básica.** In: T. Ramminger, & M. Silva (Orgs.), mais substâncias para o trabalho em saúde com usuários de drogas (pp. 165-180), 2014. Rede Unida. **Identidade, Drogas e Saúde Mental: Narrativas de Pessoas em Situação de Rua. Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, n. 3, p. 424–436, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/FTxn4mz78xzZFZsmsYwPRsF/#>. Acesso em: 20 abr. 2024.

MELO, Izabela Santos. "Olhos que sentem": **A representação social sobre saúde e doença de pessoas que vivem no abuso e dependência de substâncias psicoativas** . Universidade Estadual do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas. Palmas, TO, 2024.

MELO, Juliana Rízia Félix; MACIEL, Silvana Carneiro. **Representação social do usuário de drogas na perspectiva de dependentes químicos. psicologia: ciência e profissão**, v. 36, p. 76-87, 2016. Disponível em <https://www.scielo.br/j/pcp/a/jWYhznwwpQw63sDXHf5KKGv/?format=html&lang=pt> Acesso em: 20 nov. 2024.

MELLO, Leonardo Cavalcante de Araújo. VANAZZI, Brisa Manuela dos Reis.; LAZZARETTI, Mércia Correia. **Experiências de Pessoas em Situação de Rua com o Uso de Substâncias Psicoativas: Um Estudo no Contexto do Distrito Federal.** Revista Polis e Psique, [S. l.], v. 12, n. 3, p. 237–261, 2023. DOI: 10.22456/2238-152X.122037. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/122037>. Acesso em: 23 maio. 2024.

MENDES, Kíssila Teixeira, RONZANI, Telmo Mota ; PAIVA, Fernando Santana de. **População em situação de rua, vulnerabilidades e drogas: Uma revisão sistemática.** Psicologia & Sociedade, v. 31, p. e169056, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/N9kcMm76dkJ8nrBWFhZtvfq/#>. Acesso em: 11 mai. 2024

MILITÃO, Larissa de Freitas, SANTOS, Luísa Itaborahy ; CORDEIRO, Gisele Fernandes Tarma. **Usuários de substâncias psicoativas: desafios à assistência de enfermagem na Estratégia Saúde da Família.** Escola Anna Nery, v. 26, p. e20210429, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/XrhrbnRKWRDhC4gKbhCtSsx/#>. Acesso em: 18 mai. 2024

MOURA JR, J. F. XIMENES, V. M.; **A identidade social estigmatizada de pobre: uma constituição opressora**. Fractal: Revista de Psicologia, v. 28, n. 1, p. 76–83, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/ZDn95ZfjGgXht69PJfMHByN/?lang=pt#>. Acesso em: 17 abr. 2016

NASCIMENTO, V. F. do., et al. **Relações de pessoas em situação de rua com uso de substâncias psicoativas**. Revista Sociais e Humanas, [S. l.], v. 35, n. 1, 2022. DOI: 10.5902/2317175843479. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/43479>. Acesso em: 27 abr. 2024.

MIGOTT, A. M. B.. **Dependência química: problema biológico, psicológico ou social?**. Cadernos de Saúde Pública, v. 24, n. 3, p. 710–711, mar. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/P8YvXKQRjc49z37SfSF8TCD/>. Acesso em: 9 de outubro 2024.

PRATTA, Elisângela Maria Machado; SANTOS, Manoel Antônio dos. **O processo saúde-doença e a dependência química: interfaces e evolução**. Psicologia: Teoria e pesquisa, v. 25, p. 203-211-208, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/fvMV4H47vTXFg9GxxXS4dtb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 de mai. 2024.

PAIVA, Irismar Karla Sarmento de; GUIMARÃES, Jacileide. **População em situação de rua e Rede de Atenção Psicossocial: na corda bamba do cuidado**. Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 32, n. 04, p. e320408, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/TxqHGs9XCcxKxzXBvnyRmzb/>. Acesso em: 31 de mai. 2024

PATRÍCIA GONÇALVES DE FREITAS, **Psicologia Social e saúde: Teoria e Prática**, Editora Chefê 2023, Cap. 06 Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Joao-Macedo/publication/370934907_ORGANIZACAO_DA_ATENCAO_PRIMARIA_A_SAUDE_EM_MEIO_RURAL_NO_BRASIL/links/646a655866b4cb4f73c64552/ORGANIZACAO-DA-ATENCAO-PRIMARIA-A-SAUDE-EM-MEIO-RURAL-NO-BRASIL.pdf#page=68. Acesso em: 31 de mai. 2024

PASSOS, E. H.; SOUZA, T. P. **Redução de danos e saúde pública: construções alternativas à política global de "guerra às drogas"**. Psicologia & Sociedade, v. 23, n. 1, p. 154–162, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/zMk4Dq4gQ4XhH4dQgzScQRm/#>. Acesso em: 21 mai. 2024

PEREIRA, S, P. **O uso de substâncias psicoativas**. Instituto Federal do Espírito Santo, 2021. Disponível em: <https://prodi.ifes.edu.br/images/stories/agosto-psico.pdf>. Acesso em: 10 out 2024.

RAFAELLA MEDEIROS DE MATTOS BRITO; TIAGO MONTEIRO SOUSA II **Dependência química e abordagem centrada na pessoa: contribuições e desafios em uma comunidade terapêutica** Disponível em : Dependência química e abordagem centrada na pessoa: contribuições e desafios em uma comunidade terapêutica (bvsalud.org) Acesso em: 3 de outubro 2024.

RODRIGUES, A. S. P. SACHINSKI, G. P. MARTINS, P. L. O. **Contribuições da revisão integrativa para a pesquisa qualitativa em Educação**. Linhas Críticas, [S. l.], v. 28, p. e40627, 2022. DOI: 10.26512/lc28202240627. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/40627>. Acesso em: 4 abril 2024.

ROSSI, Cintia Cristina Silva; TUCCI, Adriana Marcassa. **ACESSO AO TRATAMENTO PARA DEPENDENTES DE CRACK EM SITUAÇÃO DE RUA**. Psicologia & Sociedade, v. 32, p. e170161, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/4fHRYdcTqyGSFFwnXcYwyDj/#> Acesso em: 20 abril. 2024

SOUZA, Yuri Sá Oliveira; SANTOS, M. F. S.; ACIOLI NETO, M. L. **A psicologia social e os fenômenos relacionados ao “mundo das drogas”**. Interação social e desenvolvimento humano, v. 1, p. 349-379, 2019.

SICARI, A. A.; ZANELLA, A. V. **Pessoas em situação de rua no Brasil: revisão sistemática**. Psicologia: ciência e profissão, v. 38, p. 662-679, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/zZmF6jcYxpRqGS4b5QMX9sQ/?format=pdf&lang=pt#:~:text=De%20acordo%2>

0com%20a%20pesquisa%20nacio%2D%20nal%20supracitada%2C%20os%20principais,familiares%20(29%2C1%25)> Acesso em: 10 abril 2024

Silva MLB. Representações sociais da violência para pessoas em situação de rua [dissertação] [internet]. Florianópolis: Faculdade de Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/199003> . Acesso em: 04 out. 2024.

SOUZA, S. E. F. DE .; MESQUITA, C. F. B.; SOUSA, F. S. P. DE. **Abordagem na rua às pessoas usuárias de substâncias psicoativas: um relato de experiência.** *Saúde em Debate*, v. 41, n. 112, p. 331–339, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/YbSW6D7MFGbRtFRZnD7RhG/#>. Acesso em: 17 abril 2024.

SOUZA, L. A. *et al.* **A psicologia e a população em situação de rua: Novas propostas, velhos desafios** / Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais (CRP-MG), organizador. -- Belo Horizonte : CRP 04, 2015. Disponível em: <https://redeassocialpg.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/01/a-psicologia-e-a-populac3a7c3a3o-de-rua.pdf> . Acesso em: 20 Mai 2024.

TONDIN, M. C. BARROS NETA, M. da A. P.; PASSOS, L. A. **Consultório de Rua: intervenção ao uso de drogas com pessoas em situação de rua.** *Revista de Educação Pública*, [S. l.], v. 22, n. 49/2, p. 485–501, 2013. DOI: 10.29286/rep.v22i49/2.929. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/929>. Acesso em: 21 maio. 2024.

VALÊNCIA, E. *Homelessness and mental health in New York City: an overview 1994-2006.* *Cad Saúde Coletiva* 2011; 19(1):20-26. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/jkVXqj4J7w4FmxXVZ3YnWFy/>. Acesso em: 21 abril 2024

VALLE, Fabiana Aparecida Almeida Lawall, FARAH, Beatriz Francisco ; CARNEIRO JUNIOR, Nivaldo. **As vivências na rua que interferem na saúde: perspectiva da população em situação de rua.** *Saúde em Debate*, v. 44, n. 124, p. 182–192, 2020. Disponível em:

VAN STRALEN, Cornelis Johannes. **Psicologia Social: uma especialidade da psicologia?.** *Psicologia & Sociedade*, v. 17, n. 1, p. 93–98, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/yMxwVBg7f3qvCdkSBFmQ4CQ/#>. Acesso em: 21 mai. 2024

VARANDA, Walter; ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. **Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde.** *Saúde e Sociedade*, v. 13, n. 1, p. 56–69, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/CPFwkZBjHZXSS6YX4djjQ4B/?lang=pt>. Acesso em: 5 mai. 2024

VIEIRA FILHO, Nilson Gomes; ROSA, Miriam Debieux. **Clínica psicossocial: articulando saúde mental e a estratégia de saúde da família.** *Mental, Barbacena* , v. 9, n. 16, p. 303-326, jun. 2011 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-44272011000100006&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 23 mai 2024.

VIEIRA FILHO, Nilson Gomes; ROSA, Miriam Debieux. **Clínica psicossocial: articulando saúde mental e a estratégia saúde da família.** *Mental, Barbacena* , v. 9, n. 16, p. 303-326, jun. 2011. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-44272011000100006&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 21 maio 2024.

WASHINGTON: *American Psychiatric Publishing*, 2022. APA - **ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA.** Disponível em: <*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, 5th Edition*> Acesso em: 26 mar. 2024

WIJK, L. B. VAN .; MÂNGIA, E. F.. **Atenção psicossocial e o cuidado em saúde à população em situação de rua: uma revisão integrativa.** *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 24, n. 9, p. 3357–3368, set. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/jkVXqj4J7w4FmxXVZ3YnWFy/#>. Acesso em: 9 mai. 2024

